

GUIA DE ESTUDOS

**PNUD - Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento**



Sumário

0.0 Carta aos Delegados.	5
1.0 Sobre o Comitê.	6
1.1) História do Comitê.	6
1.2) Funcionamento e Atuação.	6
1.3) Desenvolvimento Humano e Índices de Desenvolvimento.	6
1.3.1) Índice de Pobreza Multidimensional	8
1.4) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	9
1.5) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	10
2.0 Combate à Pobreza para o Progresso do Desenvolvimento Internacional	11
3.0 Conceitualização de Pobreza	12
4.0 Análise Internacional do Quadro de Pobreza	13
5.0 Subtópicos Relacionados	15
5.1) Desenvolvimento de Infraestrutura	15
5.2) Educação de qualidade	16
5.3) Acesso Equitativo a Saúde	17
5.4) Sustentabilidade Ambiental	18
5.5) Índice de violência e criminalidade	20
5.6) Erradicação da Insegurança Alimentar	21
5.7) Crescimento Econômico e Capacitação profissional	22
5.8) Integração de Grupos Marginalizados a Sociedade	23
6.0 Bibliografia	25

0.0 Carta aos Delegados

Prezados (as) Delegados (as),

É com um profundo prazer que a mesa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento lhes dá boas-vindas a essa reunião. Almejamos que tal encontro seja proveitoso a todos(as) os(as) Delegados(as), de modo que consigam desfrutar de cada momento planejado por nós.

Como representantes de um Estado-Nação cada participante tem uma função essencial para o eficaz desenvolvimento da conferência, trazendo consigo novas concepções e perspectivas sobre o tema a ser debatido conjuntamente. Esperamos que na desenvoltura do debate construa-se produtivas soluções para as problemáticas expressas no local e contamos com a sua participação.

Todavia, estimulamos que os(as) Delegados(as) investiguem mais profundamente sobre os tópicos a serem apresentados, de forma que não dependam exclusivamente do documento aqui exposto.

Ademais, gostaríamos de agradecer a participação dos Delegados(as) e demais colaboradores por empenharem tempo e consideração a esse projeto. A mesa coloca-se a disposição para ajudá-los no que lhes for necessário.

Atenciosamente,

Maria Clara Moro Genesini;

Dandara Rombesso Bassetto;

Lyria Yumi Igay Sato.

1.0 Sobre o Comitê

1.1) História do Comitê

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi criado em 1965 por meio de resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e tornou-se a agência líder da rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), trabalhando principalmente em prol do combate à pobreza e do desenvolvimento humano sustentável.

1.2) Atuação e Funcionamento

O PNUD está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, iniciativas privadas e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construir uma vida mais digna. Em todas as suas atividades, encoraja a proteção dos direitos humanos e a igualdade de gênero e raça.

A visão que orienta a atuação do PNUD em todo o mundo é a de apoiar os países para a erradicação da pobreza e reduzir significativamente as desigualdades e as exclusões sociais, contribuindo assim para o *desenvolvimento humano*.

O PNUD preza em sua atuação pelo avanço de temas centrais como a ciência, a tecnologia, a modernização do Estado, o combate à pobreza e sua multidimensionalidade, a preservação ambiental e o uso sustentável de recursos naturais. A estratégia de operação fundamenta-se em alguns alicerces principais, como:

- Apoio à implementação da Agenda 2030.
- Foco em áreas vulneráveis e populações de baix Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sobretudo nas áreas de pobreza e extrema pobreza.
- Expansão das parcerias com estados e municípios.
- Desenvolvimento de novas parcerias com a administração pública em geral (governo federal, estados, municípios), a sociedade civil, o setor privado e universidades.
- Participação social e promoção de diálogos para construção de consensos.
- Ação conjunta com outros organismos da ONU nos países e centros de pesquisa globais.

1.3) Desenvolvimento Humano e Índices de Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento humano originou-se como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.

Diferenciando-se da perspectiva do crescimento econômico, que embasa o bom funcionamento de uma sociedade pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura voltar-se diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um meio de desenvolvimento e não como sua finalidade. O foco então torna-se o ser humano, não o crescimento econômico ou a renda.

Em 1990, o PNUD introduziu universalmente o conceito de Desenvolvimento Humano, que parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar três dimensões básicas: renda, saúde e educação. Tal conceito consiste na base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelo órgão. Desde 2000, o Programa também fomenta o comprometimento e a discussão em prol do alcance dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)*

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é um importante instrumento para ampliar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. Com uma abordagem inovadora os RDHs incluem os IDHs e exibem dados e investigações relevantes a agenda global e abordam âmbitos e políticos públicos que centralizam as pessoas e estratégias de enfrentamento aos desafios do desenvolvimento. O PNUD publica anualmente um RDH Global, com temas transversais e de interesse internacional, bem como o cálculo do IDH de grande parte dos países do mundo.

Desde a criação do Índice de Desenvolvimento Humano, o PNUD calcula e divulga anualmente o IDH dos países classificando-os em uma escala que varia de 0 a 1 e agrupando aqueles com valores semelhantes. O IDH era construído com base em três grandes indicadores: a expectativa de vida ao nascer; o nível de instrução, representado pela taxa de alfabetização e pela taxa de matrícula; e o PIB per capita. Entretanto, a composição desses indicadores, por ser uma média, não revelava aspectos fundamentais das imensas desigualdades de desenvolvimento humano existentes no interior de um mesmo país.

Para corrigir as imperfeições do IDH, a partir de 2010 foram introduzidas três novas medidas, que passaram a registrar as disparidades de gênero (Índice de Desigualdade de Gênero), as privações no nível individual quanto à educação, à saúde e ao padrão de vida (Índice de Pobreza Multidimensional) e as desigualdades multidimensionais (IDH Ajustado às Desigualdades ou IDHAD).

1.3.1) Índice de Pobreza Multidimensional

O IPM global é um recurso internacional fundamental que mede a pobreza multidimensional aguda em mais de 100 países em desenvolvimento. Lançado pela primeira vez em 2010 pelo GRDH e OPHI, o IPM global avança ODS 1 – acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares – e mede privações interconectadas em indivíduos relacionados aos ODS 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 11.

O IPM global começa pela construção de um perfil de cada família e pessoa que faz parte dela que rastreia as privações em 10 indicadores que abrangem saúde, educação e padrão de vida. Por exemplo, um agregado familiar e todas as pessoas que nele vivem são privado se alguma criança tiver atraso de crescimento ou qualquer criança ou adulto que se encontra abaixo do peso; se alguma criança morreu nos últimos cinco anos; se alguma criança em idade escolar não estiver frequentando a escola ou se nenhum membro da família completou seis anos de escolaridade; se a moradia não tem acesso à eletricidade, uma fonte melhorada de água potável a uma caminhada de 30 minutos de ida e volta, instalações de saneamento melhoradas que não são compartilhadas, combustível para cozinhar, materiais de habitação duráveis e itens básicos como rádio, carrinho de animais, telefone, televisão, computador, geladeira, bicicleta ou motocicleta.

Todos os indicadores têm peso igual dentro de cada dimensão, portanto os indicadores de saúde e educação têm peso de 1/6 cada um, e os indicadores de padrão de vida são o peso de 1/18 cada. A pontuação de privação de uma pessoa é a soma de as privações pesadas que ela ou ele experimentada. O IPM global identifica as pessoas como pessoas multidimensionalmente pobres se a sua pontuação de privação for 1/3 ou superior. Os valores do IPM são o produto da incidência e intensidade da pobreza. Os intervalos de MPI alcançam de 0 a 1, e valores mais elevados implicam maior pobreza. Os valores do IPM global diminuem quando menos pessoas estão pobres ou quando essas têm menos privações. A definição precisa de cada indicador está disponível on-line, juntamente com qualquer ajuste específico do país mentos e o código de computador usado para calcular o valor global do IPM para cada país.³ Ao identificar quem é pobre, a natureza da sua pobreza (seu perfil de privação) e quão pobres eles são (sua pontuação

de privação), o IPM global complementa a pobreza internacional de US\$ 2,15 por dia taxa de juros, trazendo à vista interligados privações

1.4) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Durante a 55ª reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2000, 191 países estabeleceram o compromisso de combater a extrema pobreza em seus respectivos Estados. Em tal acordo desenvolveu-se os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no qual definiu-se como alvo seu alcance em 2015.

O comitê e as metas estabelecidas culminaram na criação da Declaração do Milênio, na qual expõe a intencionalidade de ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo, para que tais desafios possam ser confrontados. Definiu-se então alvos concretos a serem atingidos, como a redução da pobreza extrema pela metade, o fornecimento de água e saneamento básico a todos e o acesso à educação à exemplo. Ao fim da reunião e da elaboração do documento, delimitou-se oito tópicos principais, sendo esses:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Educação Básica Universal
3. Promover igualdade de gênero e empoderar as mulheres
4. Reduzir a Mortalidade Infantil
5. Melhorar a Saúde Materna
6. Combater HIV/AIDS, a Malária e outras doenças
7. Garantir Sustentabilidade Ambiental
8. Parceria global pelo desenvolvimento

Aproximando-se do ano de vencimento das ODM, tornou-se necessário renovar os compromissos de sustentabilidade e desenvolvimento que essas haviam estabelecido inicialmente, de modo que em junho de 2012 realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro (Rio+20). De tal reunião criou-se o documento intitulado “O Futuro que Queremos”, no qual os países-membros da ONU basearam-se, alicerçados pelo êxito dos ODM, para arquitetar um novo planejamento com renovados objetivos e metas fundamentados no desenvolvimento sustentável, que vigoraria pós-2015.

Cerca de dois anos pós o início das negociações, em 25 de setembro de 2015, 193 países membros da Assembleia Geral das Nações Unidas constituíram o documento nomeado

“Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, o qual tornou-se um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Reconheceu-se em tal documentação que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. Incluído na Agenda 2030 há um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, metas que se tornaram vigentes por 15 anos a partir de 2016.

1.5) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, estabelecidos em 2015, oferecem uma estrutura abrangente para abordar os desafios globais, integrando questões econômicas, sociais e ambientais. Em 2024, esses objetivos continuam a ser uma bússola crucial para orientar políticas e ações em direção a um mundo mais sustentável e inclusivo.

Primeiramente, os ODS buscam erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, promovendo o crescimento econômico inclusivo e o emprego digno. Isso implica investimentos em educação, saúde, infraestrutura e tecnologia para garantir que ninguém seja abandonado.

Além disso, a promoção da saúde e do bem-estar é essencial para alcançar um desenvolvimento sustentável. Isso inclui o acesso universal a serviços de saúde de qualidade, a prevenção de doenças, a promoção da saúde mental e o combate ao abuso de substâncias.

A proteção do meio ambiente é outro pilar fundamental dos ODS. Isso envolve a conservação dos recursos naturais, a mitigação das mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres.

Além disso, os ODS visam promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, fortalecendo as instituições e garantindo o acesso à justiça para todos. Isso inclui a promoção da igualdade de gênero, o empoderamento de grupos marginalizados e a promoção de sociedades tolerantes e inclusivas.

Por fim, a implementação dos ODS requer parcerias globais e colaborativas entre governos, setor privado, sociedade civil e comunidade acadêmica. A cooperação internacional é essencial para enfrentar desafios transfronteiriços, como mudanças climáticas, migração, comércio e segurança alimentar. Em resumo, os ODS de 2024 representam um compromisso coletivo com um futuro mais justo, próspero e sustentável para todas as pessoas e o planeta. A sua realização exige ação decisiva e colaborativa em todos os níveis, desde o local até o global.

Aqui estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU:



Cada objetivo possui metas específicas a serem alcançadas até 2030, e eles são interconectados, refletindo a necessidade de abordar os desafios globais de forma holística e integrada.

2.0 Combate à Pobreza para o Progresso do Desenvolvimento Internacional

No ano de 1820, a população mundial permeava entorno de 1,08 bilhões de habitantes, com cerca de 1,02 bilhões desses vivendo na *linha da extrema pobreza* (entorno de 94% da população total), e 60,6 milhões vivendo acima da linha de extrema pobreza. Em 1970, a população cresceu para 3,69 bilhões de habitantes, com um número de 2,2 bilhões na extrema pobreza (60,2%) e 1,47 bilhões acima da linha da extrema pobreza.

Em 2015 a população mundial atingiu 7,35 bilhões de habitantes, com 6,6 bilhões vivendo acima da linha da extrema pobreza e 705,6 milhões vivendo nessa. Em suma, a extrema pobreza decaiu de 94% dos habitantes no ano de 1820, para 10% em 2011. A expressiva diminuição nos dados da extrema pobreza associasse diretamente com melhora dos indicadores demográficos em todo o globo. Em 1800, a mortalidade infantil (0 a 5 anos) atingia 43,3% das crianças, essa decresceu para 36,2% em 1900 e em 2015, para 4,2%, resultando em um aumento da expectativa de vida.

No século XIX a média mundial de idade resumia-se em 32 anos, aumentando para 34,1 em 1913 e crescendo para 71,4 no ano de 2015. O continente africano apresentava dados de 26 anos como expectativa de vida no século XIX, e a Europa de 35 anos, tais cresceram e subiram respectivamente para 60 anos e 80,6 anos em 2015.

O desenvolvimento humano surpreendente efetuou-se em decorrência da evolução da qualidade de vida propiciada a população (diminuição da pobreza e da extrema pobreza presente na sociedade) em conjunto com a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida. Tais episódios efetivaram-se pela mobilização e cooperação nacional e internacional de Estados, órgãos-governamentais e não-governamentais, inclui-se nesse conjunto as ODM, que impulsionaram esses acordos de cooperação internacional. As OMD estabelecidas em 2015 estimularam a apropriação da Agenda pelos países, de modo que os incentivou no desenvolvimento de políticas públicas específicas e adaptadas a cada território.

Como consequência das medidas estabelecidas em cada Estado ocorreu um crescimento em suas economias, promovendo um bônus demográfico, como a transição da estrutura etária do país, que propiciou uma melhoria no padrão de vida daqueles que investiram em educação, saúde e direitos de cidadania.

Entretanto, ainda se faz necessário continuar o investimento no combate à pobreza, visto que a implementação dessas medidas não abrangeu igualmente todos os países do globo, contribuindo em alguns contextos para a manutenção das desigualdades historicamente acumuladas, uma vez que o crescimento em tais se mostrara insuficientemente; ademais cabe ressaltar que, apesar de todo o progresso alcançado, ainda se tem ao redor mundo altos números de pessoas que vivem na linha da pobreza e da extrema pobreza, de modo que torna-se essencial que se continue percorrendo o caminho para combatê-la e conquistar o desenvolvimento igualitário internacional.

3.0 Conceitualização de Pobreza

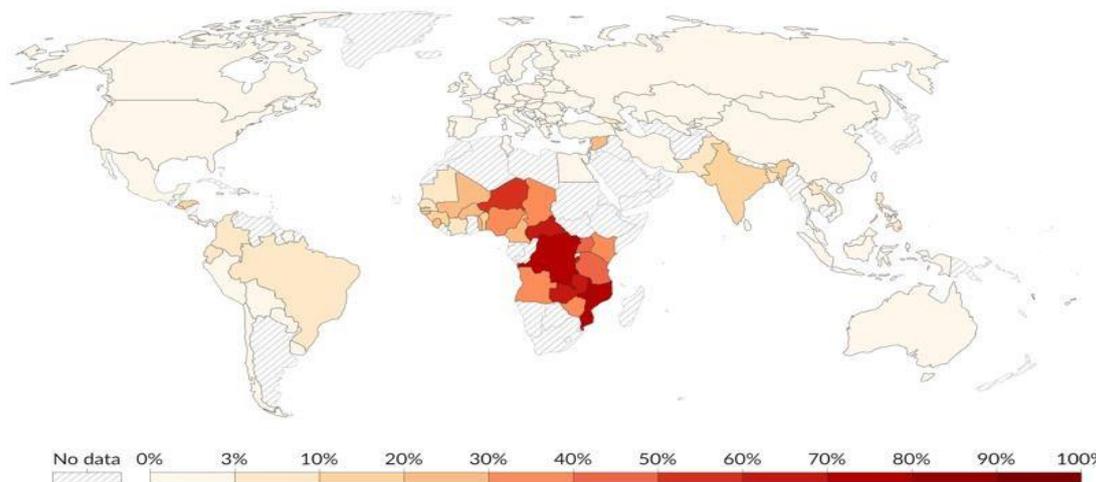
Segundo a ONU, encontra-se na linha da pobreza o indivíduo que sobrevive com renda inferior de US\$ 2,00 por dia, desses aqueles que sobrevivem com menos de US\$ 1,25 situam-se no limiar da extrema pobreza. Todavia, trazido também pela ONU a pobreza evolve, além da falta de recursos e de rendimento, a insegurança alimentar - mostrando-se na fome e na desnutrição-, o acesso limitado à educação e a outros serviços básicos - tais como saneamento, água potável, moradia e o acesso à cultura -, à marginalização e discriminação sociais, assim como a ausência de participação na tomada de decisões. Portanto, tal conceito não pode ser avaliado somente em um único e determinado âmbito, visto que esse afeta dimensionalidades para além da renda, tornando-se necessário que as demais esferas sejam também avaliadas e consideradas ao lidar-se com a referente problemática.

4.0 Análise Internacional do Quadro da Pobreza

Historicamente o número de indivíduos que vivem na extrema pobreza diminuiu mais que a metade desde 1990, uma vez que em tal ano 1,9 bilhões de pessoas encontravam-se no limiar da pobreza e extrema pobreza. Todavia, de acordo com a última edição de 2023 do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), 1,1 bilhão de um total de 6,1 bilhões de pessoas, vivem em situação de pobreza multidimensional em cerca de 110 países, no qual a África Subsaariana comporta 534 milhões e o Sul da Ásia 389 milhões de indivíduos nessa situação, abrigando cinco a cada seis pessoas pobres.

Share of population living in extreme poverty, 2023

Extreme poverty is defined as living below the International Poverty Line of \$2.15 per day. This data is adjusted for inflation and for differences in the cost of living between countries.



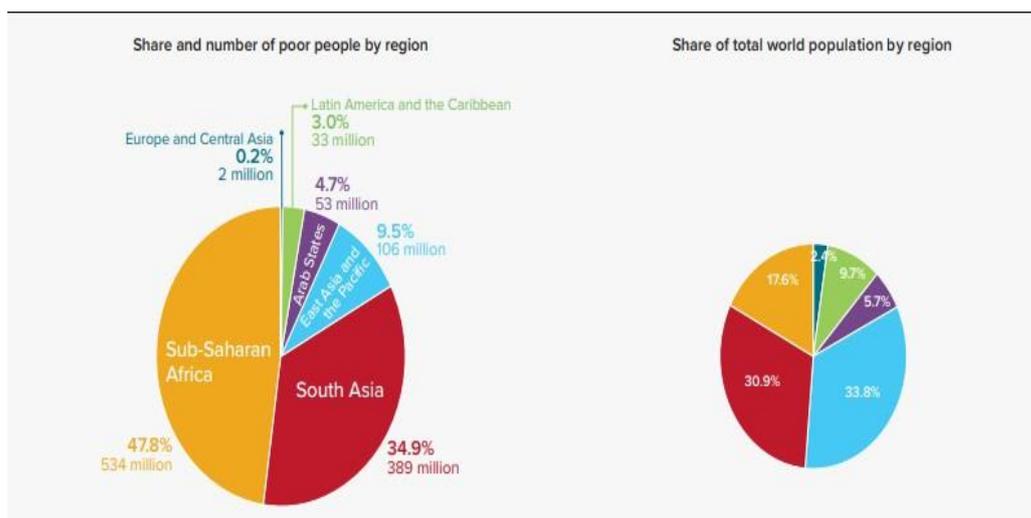
Data source: World Bank Poverty and Inequality Platform (2024)

OurWorldInData.org/poverty | CC BY

Note: This data is expressed in international-\$¹ at 2017 prices. Depending on the country and year, it relates to income measured after taxes and benefits, or to consumption, per capita².

1. **International dollars:** International dollars are a hypothetical currency that is used to make meaningful comparisons of monetary indicators of living standards. Figures expressed in international dollars are adjusted for inflation within countries over time, and for differences in the cost of living between countries. The goal of such adjustments is to provide a unit whose purchasing power is held fixed over time and across countries, such that one international dollar can buy the same quantity and quality of goods and services no matter where or when it is spent. Read more in our article: [What are Purchasing Power Parity adjustments and why do we need them?](#)

2. **Per capita:** 'Per capita' here means that each person (including children) is attributed an equal share of the total income received by all members of their household.



Source: Table 1 at the end of the report.

GLOBAL MULTIDIMENSIONAL POVERTY INDEX / 2023

Cerca de 730 milhões (65,3%) de pessoas pobres vivem em países de renda média, tornando essencial que esses corroborem para redução da pobreza global. Nos países de baixa renda encontram-se 10% da população contabilizada no IMP, todavia é neles que residem 35% de todas as pessoas em situação de pobreza.

Menores de 18 anos correspondem a metade das pessoas pobres registradas pelo IPM, sendo entorno de 566 milhões, com 54,1% desses vivendo na África Subsaariana e 31% vivendo no Sul da Ásia, tornando para esses a redução da pobreza um empenho vital. Ao passo que entre adultos a taxa de pobreza é de 13,4%, entre crianças essa alcança 27,7%. Tais dados refletem na escolaridade das crianças, em que todas as regiões, exceto Europa e Ásia Central, cerca de metade das pessoas pobres não tem um único membro da família com os 6 anos completos de escolaridade, repercutindo na manutenção da situação social vivenciada.

Quase 84% das pessoas pobres vivem em áreas rurais, e essa domina em todas as regiões do mundo. As disparidades rurais-urbanas são mais gritantes no Sul da Ásia, em que quase 340 milhões (87,5%) de pessoas pobres residem em áreas rurais, comparando-se com 49 milhões (12,5%) em áreas urbanas.

O IPM global utiliza a intensidade para investigar melhor a realidade vivida de pobreza multidimensional. Localizando a intensidade e a incidência da pobreza em 110 países em desenvolvimento, o IPM revela uma tendência crescente preocupante: quanto maior a incidência, maior a intensidade que as pessoas pobres tendem a experimentar. Os países mais pobres, em termos do valor do IPM global, tendem a ter tanto a maior incidência quanto a maior

intensidade.

Na África Subsaariana a intensidade da pobreza é particularmente grave. A região abriga, não apenas ao maior número de pessoas pobres, mas também ao mais desprovidos. Nos 110 países abrangidos pelo IPM global, 99 milhões de pessoas pobres têm uma pontuação de privação de 70% -100%, o que significa que eles experimentam privações em todas as três dimensões (saúde, educação e padrão de vida).

Contribuindo para o agrave da pobreza, a pandemia de Covid-19 corroborou para que o progresso na redução da pobreza mundial se paralisasse, visto que entre 1990 e 2015, essa decaía cerca de um ponto percentual por ano, e entre 2015 e 2017 mantivesse-se em meio ponto percentual anual, durante pandemia, nos anos de 2020 a 2021 cerca de 88 a 115 milhões de pessoas caíram para situação de pobreza, representando 1,4% da população mundial, de modo que, pela primeira vez em 20 anos, houvesse um aumento do número e não um decréscimo.

O diretor do Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano, Pedro Conceição apontou: "Ao alcançarmos o ponto intermediário da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, podemos claramente ver que houve progresso constante na redução da pobreza multidimensional antes da pandemia. No entanto, os impactos negativos da pandemia em dimensões como a educação são significativos e podem ter consequências de longo prazo. É imperativo que intensifiquemos os esforços para compreender as dimensões mais afetadas negativamente, exigindo uma coleta de dados e esforços políticos fortalecidos para retomar a redução da pobreza ao rumo certo".

5.0 Subtópicos Relacionados

5.1) Desenvolvimento de Infraestrutura

O Comitê do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma parte crucial da estrutura da ONU, desempenhando um papel significativo no desenvolvimento dessas nos países. Sua função primordial é promover o progresso humano, abordando desafios complexos que os países enfrentam em termos de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Á princípio, o PNUD trabalha em estreita colaboração com os governos nacionais para identificar e implementar soluções sustentáveis para os problemas de infraestrutura. Isso inclui projetos voltados para energia, transporte, água e saneamento, comunicações e tecnologia, entre outros. Ao fornecer assistência técnica e financeira, o PNUD capacita os países a

melhorarem suas capacidades institucionais e técnicas para planejar, implementar e gerenciar infraestruturas essenciais.

Além disso, o PNUD desempenha um papel vital na promoção da inclusão e da equidade no desenvolvimento da infraestrutura. Isso significa garantir que os projetos beneficiem todas as camadas da sociedade, especialmente os grupos marginalizados e vulneráveis, como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Ao adotar uma abordagem participativa e inclusiva, o PNUD contribui para reduzir as disparidades sociais e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Outro aspecto importante do trabalho do PNUD é sua ênfase na sustentabilidade e resiliência da infraestrutura. Isso envolve não apenas a construção de novas instalações, mas também a garantia de que sejam projetadas e operadas de maneira a minimizar impactos negativos no meio ambiente e a resistir a choques e estresses futuros, como desastres naturais e mudanças climáticas. O PNUD promove abordagens inovadoras e tecnologias sustentáveis para garantir que as infraestruturas sejam robustas e capazes de enfrentar os desafios do século XXI.

Em resumo, o Comitê do PNUD da ONU desempenha um papel crucial no desenvolvimento da infraestrutura dos países, trabalhando em parceria com governos e outros atores para promover o progresso humano, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Seu compromisso em fortalecer capacidades, promover a equidade e fomentar a resiliência faz dele um ator fundamental na busca por um desenvolvimento global mais justo, sustentável e inclusivo.

5.2) Educação de qualidade

O Comitê do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade da educação nos países membros da ONU. A qualidade educacional é um aspecto crucial do desenvolvimento humano e social, e o comitê reconhece isso como um componente essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Primeiramente, o PNUD trabalha em estreita colaboração com os governos nacionais para identificar as principais lacunas e desafios na educação de um país. Isso pode incluir questões relacionadas à acessibilidade, equidade, recursos humanos, infraestrutura escolar e qualidade do ensino. Ao fornecer análises detalhadas e assistência técnica especializada, o PNUD capacita os países a desenvolverem políticas e estratégias eficazes para melhorar a qualidade da

educação em todos os níveis, desde a educação básica até o ensino superior.

Além disso, o PNUD desempenha um papel crucial na garantia de que todos os grupos da sociedade tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais de qualidade. Isso inclui ações para reduzir disparidades regionais, étnicas, socioeconômicas e de gênero, garantindo que nenhum grupo seja abandonado no processo do progresso educacional. O PNUD apoia programas e políticas que visam eliminar barreiras para a educação, como o acesso inadequado à infraestrutura escolar, custos elevados e discriminação.

Ademais, o PNUD reconhece a importância da inovação e da tecnologia na promoção da qualidade da educação. Por meio de iniciativas de desenvolvimento de capacidades e cooperação técnica, o comitê apoia os países na adoção de práticas pedagógicas inovadoras, uso de tecnologia educacional e capacitação de professores. Ajudando a melhorar a eficácia do ensino e a preparar os alunos para os desafios de um mundo em rápida mudança.

Por fim, o PNUD também desempenha um papel crucial na avaliação e monitoramento dos progressos na área da educação. Ao fornecer análises de dados e indicadores relevantes, esse ajuda os países a mensurar o impacto de suas políticas e programas educacionais, identificar áreas de melhoria e ajustar suas estratégias conforme necessário.

5.3) Acesso Equitativo a Saúde

O Comitê do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desempenha um papel crucial na promoção do acesso equitativo à saúde nos países membros da ONU. A saúde é um direito humano fundamental e um componente essencial do desenvolvimento humano sustentável, e o comitê reconhece a importância de abordar as disparidades no acesso a tal serviço.

Em primeiro lugar, o PNUD trabalha em colaboração com os governos nacionais e outros parceiros para identificar as principais lacunas e desafios no setor de saúde de um país. Isso inclui questões como acesso limitado a serviços de saúde de qualidade, falta de infraestrutura e recursos, desigualdades socioeconômicas e geográficas, e desafios específicos de saúde pública. Ao fornecer análises detalhadas e assistência técnica especializada, o PNUD capacita os países a desenvolverem políticas e estratégias abrangentes para melhorar o acesso equitativo à saúde para todos os cidadãos.

Além de tudo, o PNUD desempenha um papel fundamental na promoção da equidade no

acesso à saúde, garantindo que todos os grupos da sociedade tenham acesso igualitário aos serviços de saúde. Isso inclui ações para reduzir disparidades regionais, étnicas, socioeconômicas e de gênero no acesso aos cuidados de saúde. O PNUD apoia programas e políticas que visam eliminar barreiras para o acesso à saúde, como custos elevados, falta de infraestrutura e discriminação.

O PNUD também desempenha um papel importante na promoção da prevenção e controle de doenças, especialmente aquelas que representam uma ameaça significativa à saúde pública. Por meio de iniciativas de desenvolvimento de capacidades, cooperação técnica e financiamento de projetos, o PNUD ajuda os países a fortalecerem seus sistemas de saúde, melhorar a detecção e resposta a surtos de doenças, e promover estilos de vida saudáveis e práticas de saúde preventiva.

Além disso, o PNUD reconhece a importância da inovação e da tecnologia na melhoria do acesso à saúde. Por meio de iniciativas de desenvolvimento e implementação de tecnologia, o PNUD apoia os países na adoção de práticas de saúde baseadas em evidências, telemedicina, e- saúde e outras soluções inovadoras que podem ampliar o acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas e sub-atendidas.

Em suma, o Comitê do PNUD da ONU desempenha um papel essencial na promoção do acesso equitativo à saúde nos países membros, trabalhando em parceria com governos, organizações da sociedade civil e outros parceiros para garantir que todos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, independentemente de sua origem étnica, socioeconômica ou geográfica. Seu compromisso em fortalecer capacidades, promover a equidade e fomentar a inovação faz dele um ator crucial na busca por sistemas de saúde mais inclusivos e resilientes.

5.4) Sustentabilidade Ambiental

Os países membros do PNUD colaboram para implementar políticas e programas que visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa, proteger ecossistemas vitais, promover a conservação da biodiversidade e fomentar práticas sustentáveis de gestão de recursos naturais. Juntos, trabalham para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e o ODS 15 (Vida Terrestre), que visam combater a mudança climática e proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

A ODS 13, ODS 14 e ODS 15, visam:



Por meio das seguintes metas, tem-se como objetivo alcançar:

- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.
- Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais
- Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.
- Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.
- Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.
- Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.
- Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.
- Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
- Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

5.5) Índice de violência e criminalidade

O PNUD desempenha um papel fundamental no apoio aos esforços globais para reduzir a violência e a criminalidade. Os países membros do PNUD colaboram para implementar políticas e programas que visam promover a segurança pública, fortalecer o sistema de justiça criminal, abordar as causas subjacentes da violência e promover a paz e a estabilidade. Juntos, trabalham para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantir acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Se praticamente todos os países com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) são os mais violentos do mundo, não há como negar a relação entre pobreza (subdesenvolvimento) e maior intensificação da violência, ou seja, os números demonstram que as pessoas que não contam com oportunidades de desenvolvimento saudável, de acordo com os parâmetros básicos mínimos exigidos para uma vida em sociedade, tendem a subterrem-se a situações mais violentas, pendendo para o âmbito da criminalidade como uma forma de vida.

Formas primitivas dessa violência, como trabalho infantil, abuso sexual de jovens, desvalorização das mulheres etc., que já foram praticamente erradicadas nos países mais desenvolvidos, ainda são comuns nos territórios em desenvolvimento ou emergentes.

Dessa forma a ODS 16 visa dentre os seus objetivos as seguintes metas:

- Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
- Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.
- Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.
- Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.
- Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.
- Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

5.6) Erradicação da Insegurança Alimentar

O tema da Erradicação da Insegurança Alimentar está diretamente relacionado ao Comitê do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU e seus países membros, visto que o PNUD desempenha um papel crucial no apoio aos esforços globais para combater tal problemática. Os países participantes do comitê colaboram para implementar políticas e programas que visam garantir o acesso universal a alimentos nutritivos e suficientes, além de promover a sustentabilidade agrícola e o desenvolvimento rural. Juntos, trabalham para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 2, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável.

A insegurança alimentar cresceu rapidamente nos últimos anos em todo o mundo e atinge de modo mais acentuado os países subdesenvolvidos. Em 2020, conforme os números da FAO, aproximadamente 30% da população mundial enfrentavam graus moderados ou severos de insegurança alimentar. Essa parcela equivale a 2,37 bilhões de pessoas, 320 milhões a mais do que no ano anterior.

É ainda mais grave a situação no continente africano. Quase 60% da população da África convivia com a insegurança alimentar em 2020, 25,9% da forma mais grave. Entre 2014 e 2020, o total de pessoas nessa condição do continente aumentou em 12,3 pontos percentuais.

Em segundo lugar estão a América Latina e o Caribe, que possuem atualmente 40,9% de sua população sem acesso adequado à alimentação. Foi a região em que a situação mais se acentuou no intervalo de um ano. Em 2019, a parcela de pessoas com insegurança alimentar era de 31,9%. Na Ásia o montante era de 24,9%, enquanto a soma da população com algum grau de insegurança alimentar (severa ou moderada) na América do Norte e Europa era de 8,8%.

O PNUD, especificamente na ODS 2 visa por meio de metas acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, das seguintes maneiras:

- Até 2030, garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
- Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição
- Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos
- Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas

agrícolas resilientes

- Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens

5.7) Crescimento Econômico e Capacitação Profissional

O crescimento econômico de um país se dá ao avaliar o aumento da capacidade produtiva da nação, analisando dados quantitativos, como renda *per capita* e PIB, ou seja, a elevação do nível de atividade econômica que o Estado apresenta. Todavia, tal qual como o PIB não demonstrava uma investigação específica e proporcional a situação social de cada país no período em que esse foi considerado um índice de comparação global, na atualidade vigente deve-se analisar outros dados para uma melhor síntese da situação econômica dos países. Tem-se como exemplo o Estados Unidos da América, país que apresenta um PIB de 25,44 trilhões USD, porém contém no Índice de Gini – indicador econômico que mede a concentração de renda - em um valor de 0,40 (quanto mais próximo de 0 menor é a concentração), apresentando a maior taxa entre os países considerados ricos.

O PNUD reconhece que, para alcançar as ODS, em especial a ODS 8, o acesso a trabalhos decentes para as populações contribuiria para uma melhora significativa em suas qualidades de vida, uma vez que promover tal corroboraria para ascender o crescimento econômico per capita, atingir níveis mais elevados de produtividade por meio da qualificação e diversificação, inclusive em setores de alto valores agregados.

Ademais, cabe ressaltar que ao inserir socialmente medidas que fomentam a capacitação profissional, o PNUD discerne que se tem também que voltar-se para projetos que auxiliem a erradicação do trabalho forçado, o tráfico de pessoas e a eliminação do trabalho infantil em todas as suas formas; além de torna-se necessário a implementação de planos que ajudem na transição de um trabalho informal para um formal.

Conclui-se então que para um avanço significativo do crescimento econômico o PNUD recomenda avaliar, não somente os âmbitos quantitativos, mas também os qualitativos, em que se encontram a qualidade dos trabalhos prestados pela população, inclui-se aqui a salubridade dos locais, as leis trabalhistas vigentes, o percentual populacional que se encontra em serviços formais e informais, projetos de leis etc.

5.8) Integração de Grupos Marginalizados a Sociedade

O PNUD encontra-se empenhado para aumentar a inclusão de grupos marginalizados, uma

vez que Diversidade, Equidade e Inclusão, estão entre os princípios fundamentais do comitê. Esses que representam majoritariamente uma minoria legal, devem ser ter sua multiplicidade e diversidade integrados a comunidade do país referente, visto que expressiva parte da riqueza mundial se concentra sob posse de uma minoria numérica, conduzindo frequentemente para o agrave da discriminação financeira, social e legal.

O PNUD ajuda os países a desenvolverem as suas próprias soluções integradas, transformadoras e escaláveis para enfrentar os desafios interligados da pobreza, vulnerabilidade, desigualdade e exclusão, de formas que sejam económica, social e ambientalmente sustentáveis. Apoiamo-los para melhorar as perspectivas de crescimento inclusivo, empregos e meios de subsistência a nível nacional e local, através da recuperação económica e da persistência em contextos de crise e pós-crise, centrando-se na capacitação das mulheres e dos jovens e na promoção de oportunidades para os mais vulneráveis

Analisa-se que cerca de 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência, a promoção de uma agenda de desenvolvimento inclusiva para tais é um pré-requisito importante para os ODS, de modo que a defesa das pessoas com deficiência foi identificada como uma medida crítica dos esforços de erradicação da pobreza do PNUD, de forma que se empenhe em garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso igualitário às oportunidades de emprego e à oportunidade de prosperar dentro de uma organização.

Ademais fenômenos como discriminação, discrepâncias salariais entre homens e mulheres, exclusão de oportunidades de negócios, intimidação e assédio sexual e outros tipos de assédio são exemplos de falhas de integridade que não apenas prejudicam o ambiente interno de uma organização, mas também impactam a vida de seus funcionários e das comunidades. Reconhecer e abordar estes problemas é fundamental para as nações que pretendem liderar tanto na diversidade e inclusão como na integridade nacional, contribuindo para a conclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em destaque o ODS 5.

O PNUD também é guiado por uma política de tolerância zero ao assédio ou discriminação, seja com base no género, raça, identidade sexual ou deficiência, bem como por uma política para prevenção à má conduta sexual.

0.X) Bibliografia

<https://ourworldindata.org/grapher/poverty-vs-mean-schooling> - Site de tabelas e dados

<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano>

<https://www.undp.org/pt/brazil/idh#:~:text=Criado%20por%20Mahbub%20ul%20Haq,todos%20os%20aspectos%20de%20desenvolvimento.>

<https://www.undp.org/about-us/faqs>

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011

<https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declaracao-do-milenio>

<https://ourworldindata.org/grapher/share-of-population-in-extreme-poverty>

<https://www.estrategiaods.org.br/como-foi-a-experiencia-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm/>

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/574081-a-reducao-da-extrema-pobreza-no-mundo-desde-1820>

<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/indice-de-pobreza-multidimensional-global-de-2023-mpi> ***

<https://50.undp.org/en/>

<https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817247>

<https://www.undp.org/pt/brazil/press-releases/25-paises-reduziram-pela-metade-pobreza-multidimensional-em-15-anos-mas-11-bilhao-ainda-vive-na-pobreza#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o,em%20cada%20s%20pessoas%20pobres.>

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>

<https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/taxa-de-desemprego-mundial-devera-aumentar-em-2024-e->

<https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/taxa-de-desemprego-mundial-devera-aumentar-em-2024-e-crescentes#:~:text=Do%20mesmo%20modo%20C%20enquanto%20a,nos%20pa%C3%ADses%20de%20renda%20baixa.>

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>

<https://www.globalgoals.org/goals/10-reduced-inequalities/>